



I CONGRESSO NACIONAL DE TURISMO

I SECÇÃO

ALGUMAS SUGESTÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TURISMO EM PORTUGAL

TESE APRESENTADA POR A. MARQUES GUEDES



LISBOA

1 9 3 6





I CONGRESSO NACIONAL DE TURISMO

I SECÇÃO

ALGUMAS SUGESTÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TURISMO EM PORTUGAL

TESE APRESENTADA POR A. MARQUES GUEDES



LISBOA

1 9 3 6

100000

000000

A Comissão promotora do 1.º Congresso Nacional de Turismo quiz incluir o Director de «O Primeiro de Janeiro», ao lado dos seus confrades dos grandes jornais portugueses, na sua Comissão de Patrocínio.

O Director de «O Primeiro de Janeiro» corresponde a essa distinção, oferecendo estas considerações e sugestões sobre a organização do Turismo em Portugal.

Lisboa 5 de Novembro de 1935

Armando Marques Guedes

I — As correntes turísticas

As grandes correntes de turismo continuam a dirigir-se da Inglaterra e da America do Norte predominantemente para a França, Italia e Suíça.

As estatísticas dos Serviços de Estudos Económicos da Sociedade das Nações, relativas ao ano de 1933, as mais recentes que possuem, accusam a seguinte escala dos que mais viajam e maior despesa fazem em turismo:

Norte-Americanos	5.875	milhões de francos		
Inglezes	2.115	»	»	»
Canadianos	925	»	»	»
Alemães	575	»	»	»
Franceses	500	»	»	»
Sul-Africanos	425	»	»	»
Argentinos	325	»	»	»

Já em muito menor proporção, enfileiram depois os holandezes, brasileiros e espanhois.

Estas migrações continuam a dirigir-se de preferência a países, já há muito preparados para as receber. As seducções de Paris, da Riviera e da Côte d'Argent, como as montanhas e estações de cura da Suíça são ainda os seus principais pontos de destino:

A França recebeu, em 1933, do turismo estrangeiro	3.000	milhões de francos		
A Itália	1.725	»	»	»
A Suíça.. . . .	700	»	»	»

Em muito menor escala:

A Inglaterra.	550	milhões de francos		
A Alemanha	425	»	»	»
A Bélgica	300	»	»	»

Nos países americanos, no mesmo ano de 33, intensificou-se um apreciável inter cambio turistico:

Os Estados Unidos receberam.	1.425	milhões de francos		
O Canadá	2.000	»	»	»
O México	575	»	»	»

E, com serem numeros de crise, estes já mostram, de forma impressionante, o que póde representar ou já representa o turismo como fonte de receitas nos países, que o podem explorar.

No ano de 1929, ano de inicio da crise económica, que perturba o mundo, o turismo internacional movimentava uns 43.000 milhões de francos; desde então, vem descendo e encontra-se reduzido agora a uns 15.000, ou 65 % menos.

Mas, na sua própria escassez relativa, a cifra é ainda eloquente para mostrar como as explorações turísticas podem influir favoravelmente nas balanças de pagamentos dos países que as conservam e procuram constantemente aperfeiçoar.

*
* *

O movimento turístico português, por circunstâncias especiais, tem caminhado em sentido inverso do movimento turístico mundial.

Não temos estatísticas completas do nosso movimento turístico. Mas os números da Polícia Internacional acusam para 1931 (ano que foi o do ponto mais baixo da curva da nossa depressão económica) o seguinte movimento de passageiros:

	Desembarcados	Em trânsito
Lisboa	21.200	104.145
Leixões	3.601	18.471
Madeira.	3.042	75.858
Açores	1.651	18.943
Diversos	610	24
	30.104	217.441

Dos desembarcados, 35 % eram ingleses e cerca de 20 % alemães.

Em 1934 desembarcaram em Lisboa 179.570 passageiros, ou mais 4.744 do que no ano anterior. Mas, daquêle número global, destinavam-se a Lisboa menos 1.646.

Quantos desses passageiros eram turistas? Qual o seu destino e a sua demora?

Falham os elementos para responder a estas interrogações.

A estadia de um grande número deles foi curtíssima. Uma estatística referida num trabalho interessante sobre este assunto (Cf. Eng.º Duarte Ferreira—*A indústria do turismo*) e relativa ao movimento de estrangeiros, nos principais hotéis de Lisboa consente a verificação de que:

a) esse movimento cresceu de novo nos anos de 1931, 32 e 33 (cifrado, respectivamente, em 5.100, 5.585 e 7.765 hóspedes);

b) a média da demora destes hóspedes foi apenas de 3 e 5 dias, aproximadamente.

Ora, de 1931 a Agosto do corrente ano de 35, o movimento de hóspedes nos hotéis e pensões dos Estoris foi de:

1932	2.522
1933	3.337
1934	5.079
Até Agosto de 1935	4.236

A conhecida média de Ogilvie daria 30 Libras, por cabeça, de despesa em 22 dias de permanência. Em Lisboa, essa média, como vimos, baixou muitíssimo. Mas, nos Estoris, deve estar ainda errada, por defeito.

Num e noutro lugar, porém, ela levanta uma ponta do véu que cobre o problema mais que interessante da resistência da economia portuguesa, que tem tido destas *entradas invisíveis* de ouro, a compensar as que tem perdido em virtude da crise dos valores mobiliários brasileiros.

A maior parte dos estrangeiros desembarcados em Lisboa e apontados nas estatísticas policiais é de viajantes em trânsito. É muito grande o número de vapores de excursionistas que ali têm tocado nestes últimos anos. Em 1934, o número de tais excursionistas foi de 37.508. O seu maior número é de barcos alemães com passageiros, que, na sua quasi totalidade, pertencem a um turismo pobre, com viagens *à forfait* e economicamente tarifadas.

Mas esses passageiros demoram um dia ou apenas algumas horas; vêm a terra, fazem o percurso Lisboa-Sintra-Estoril, de fugida, ou espalham-se pela cidade. Alugam automóveis, compram franquias postais, cartões e livros de fotografias e guias de viagem, recordações, pequenos objectos de uso ou adorno. E, na roda do ano, todos esses ingressos *invisíveis* de ouro vão arredondando um *monte* apreciável.

Parece desnecessário dizer que é preciso, por todas as formas, estimular estas correntes turísticas para Portugal.

Até agora, a progressão de turistas de passagem e de hóspedes estrangeiros nos hotéis e estâncias portuguesas obedece a causas circunstanciais, como o valor da moeda e a propaganda feita pelas empresas turísticas e pelas Casas de Portugal.

Mas essas circunstâncias de favôr, se têm sido suficientes para iniciar e incitar um movimento de curiosidade e simpatia, não chegam para o estabilizar, se não o fizermos acompanhar de medidas capazes, oferecendo ao turista o conforto e as distrações que ele requiere para uma deslocação grande e uma permanência demorada.

II — A nossa organização turística

As correntes turísticas dominantes em Portugal têm sido: — de ingleses, no inverno, para as estâncias dos Estoris e Madeira, e de espanhóis, no verão, para as praias da Figueira da Foz, Espinho e, ultimamente, do Estoril.

Da grande corrente migratória rica norte-americana poder-se-ia canalizar uma parte, pequena, embora, mas muito útil para nós, através dos Açores.

Nos últimos anos, desde a votação da lei que criou as Comissões de Iniciativa e Turismo (n.º 1:162, de 23 de Abril de 1921) e da publicação da legislação que autorizou a constituição de zonas permanentes e temporárias de jogo regulamentado, a corrente turística para Portugal intensificou-se sensivelmente, como vimos. Activou-a a propaganda que se fez no estrangeiro, quer pela publicidade na Imprensa, promovida pela iniciativa privada, quer pela acção officiosa das Casas de Portugal.

Não nos faltam organismos turísticos.

Muitas estâncias balneares e termas têm as suas Comissões de Iniciativa e Turismo.

Funciona em Lisboa o Conselho Nacional de Turismo (Dec. n.º 18:925, de 21 de Julho de 1929). O Conselho de Jogos e Turismo coordena e fiscaliza o funcionamento e exploração das empresas concessionárias das zonas legalmente criadas e regulamentadas. No Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Comissão de Propaganda do Turismo de Portugal no Estrangeiro e o Conselho Técnico de Expansão Económica curam da propaganda do país lá fóra, centralizam as relações do Estado com as Casas de Portugal em Paris, Londres e Antuérpia, e procuram atrair ao país as migrações temporárias dos viajantes ricos.

A todos estes organismos deve já o turismo nacional uma acção meritoria e fecunda.

Têm-se feito, por todas as estâncias dignas de visita, melhoramentos materiais muito de louvar. Quasi todas as Comissões de Iniciativa têm procurado também fazer pelo melhor a propaganda das estâncias a seu cargo, editando publicações em português, francês e inglês, com notícias e guias.

O Conselho Nacional de Turismo tem cuidado com zelo apreciável da classificação e melhoramento das instalações hoteleiras.

As Casas de Portugal têm desenvolvido uma acção benemerita em concordância satisfatória com o alto pensamento que inspirou a sua fundação.

Cá dentro, o turismo deve á Direcção Geral dos Monumentos e Edificios Nacionais uma larga obra de conservação e de restauro, em alguns pontos notável, do nosso património artístico.

Ignorar ou esquecer todo este esforço seria injusto e impatriótico.

Mas, força é confessar também que estes organismos trabalham um pouco desordenadamente, que há muito esforço perdido e outro, que repete e duplica sem vantagem iniciativas e trabalhos.

Outras vezes, a acção dos mesmos organismos colide com a das autar-

quias locais. A organização administrativa do país antiquou-se, já não correspondendo, em muitos pontos, nem às características regionais nem às necessidades económicas e sociais.

Há autarquias que vivem precariamente, agravando os contribuintes para sustentar a sua burocracia e serviços imperfeitos, nem sequer podendo arcar com as dificuldades do problema fundamental de qualquer obra de urbanização: — a canalização dos esgotos e abastecimento de água. Autonomias, outrora justificadas, têm hoje de ceder o passo às necessidades da expansão dos grandes meios. Obras vastas de urbanismo só podem encontrar nelas focos de inibição e resistência, pelo menos passiva.

O próprio Estado tem de reconhecer que, onde não é requerida e justa ou até necessária a sua intervenção, o melhor que pode fazer é apenas coordenar, incitar as iniciativas regionais e privadas e favorecê-las, sobretudo, com vantagens indirectas, aliviando o mais possível a sua regulamentação coerciva e o peso das suas imposições fiscais.

A sua participação por meio da enredada teia de impostos e taxas, que captivam as explorações turísticas, é demasiado avultada, às vezes quasi embaraçante, para não dizer proibitiva e expropriadora.

Este é o quadro actual, com o seu claro-escuro de benefícios e de encargos.

O que há a fazer para o uniformizar em côr mais clara e alegre?

III — *Sugestões para um plano de acção turística*

Tomemos mais uma vez o exemplo dos Estoris como o nosso melhor índice turístico.

Quando se concluiu a primeira parte do seu plano de organização, fez-se uma larga propaganda das excelências do seu clima, das suas belezas naturais e do conforto já aceitável das suas instalações.

O resultado de tal propaganda sentiu-se ali imediatamente. Desenhou-se logo uma corrente turística rica, promissora dum futuro largo e próspero.

Mas, essa corrente cedo estancou. Se não diminuiu e até aumentou o número de hóspedes, piorou muito sensivelmente a sua qualidade.

O Estoril teve de renunciar às aspirações de zona de turismo rico e de prazer cosmopolita, para se converter, cada vez mais acentuadamente, numa estância de repouso, no inverno, para uma clientela mais modesta e mais idosa.

As causas do fenómeno são fáceis de determinar.

Portugal não é, a não ser para a America, um País de passagem. O turismo, que o procure, tem de vir até cá expressamente numa viagem longa e sem trânsito fácil e rápido para outros centros turísticos.

A beleza do céu, e a amenidade do clima e da gente, apenas conseguem pagar por alguns dias a pena da viagem. Depois dos primeiros momentos de surpresa agradável, o viajante carece de distrações, que o prendam.

Há diversões que os grandes meios lhe oferecem e aqui só com incomportável sacrifício lhe poderíamos dar os grandes campos de «golf» e de outros desportos caros; as corridas de cavalos, que não podemos criar, porque a exiguidade do meio e das fortunas não consentem essa criação nem as apostas; as excursões a centros de arte, de beleza panorâmica, de prazer, de grande luxo, de civilização; a própria convivência social e mundana, que só os grandes meios consagrados de lugar — onde, de encontro da alta sociedade, podem manter — são outros tantos obstáculos irremovíveis para uma obra turística de grande fôlego. Alguns se procuram remover, num esforço financeiro, que deve fazer a glória, o heroísmo obscuro de alguns organismos e empresas portuguesas.

Mas, desde que renunciemos á ideia ambiciosa e insensata de hombrear com os maiores centros turísticos do mundo, favorecidos pela situação geográfica, pelas suas instalações e consagrados por muitos anos de moda, alguma coisa poderemos tirar de util das condições com que a Natureza e a Historia nos dotaram.

Portugal, porque o século XVI vai longe e não volta e condições várias de demografia, de economia e de politica fizeram deslocar para outros países a proeminência hegemónica, não pode alimentar a pretensão de ser uma grande Nação. Mas pode e deve aspirar a ser uma pequena-grande Nação, um País decente, digno de aprêço e de visita pelas suas belezas naturais, pelo seu pitoresco e pelo seu asseio.

Contentemo-nos com um centro de irradiação turística, que é o Estoril. Ali os grandes hotéis, os campos de jogos, o «golf»; os casinos e o mais que pode fazer-se e sustentar-se. Dali podem e devem irradiar as excursões aos pontos dignos de visita.

As lados, Sintra e a Arrábida, com as suas incomparáveis serras marneiras, cobertas de verdura até ao mar; para o Sul, o Algarve, com a rara floração hiberna das suas amendoeiras; para o Norte, Mafra e a sua basílica; Queluz com o seu palácio e os seus jardins; o triângulo turístico tão digno de vêr-se, da Batalha, Tomar e Alcobaca, já preparados por boas obras de embelezamento e restauração; o Buçaco e a sua mata; a Curia; Coimbra, o seu velho meio universitário e a doce beleza do seu campo; a região lagunar de Aveiro, na transparência luminosa dos seus canais e céus de aguarela; todo o norte, do Porto a Viana do Castelo, esse formigueiro de trabalho num quadro de fecundidade e encanto natural.

Mas, em muitos desses pontos, há a necessidade de construir e de manter, conforme as distâncias e a possibilidade ou impossibilidade de regresso no mesmo dia, os restaurantes e hotéis confortáveis.

Uns e outros não carecem de ser, nem muito grandes nem luxuosos. Basta que sejam modestos, mas asseados e capazes. Dêmos-lhe de preferência a nota nacionalista, a *côr local*, que tanto aprecia uma clientela cosmopolita, que, evidentemente, se não desloca até Portugal para vêr *palaces* e instalações iguais ou inferiores às que conhece um pouco por toda a parte.

A vizinha Espanha pode oferecer-nos um útil paradigma para a resolução do nosso problema turístico na provincia.

Ali se aproveitaram velhos palácios, castelos ou até antigos e pequenos conventos, para instalar pequenos hotéis, *paradores*, ou hospedarias, com uma duzia ou duzia e meia de quartos e todo o conforto moderno, sob o aspecto local e antigo. Tais são, por exemplo:

O Parador Nacional de Mérida, num antigo convento dos séculos XVII e XVIII;

O Parador Nacional da Serra de Grêdos;

O Parador Nacional de Orpeza, no velho palácio dos Duques de Frias;

O Parador de Enrique II, na cidade da velha cidadezinha amuralhada de Ciudad-Rodrigo;

A Hosteria del Estudiante, em Alcalá de Henares, numa dependência da famosa Universidade;

A Hosteria de la Rábida, num largo terraço, sobre o mar, dando o modelo da que há a fazer na serra portuguesa, quasi sua homonima...

Aqui, também, ou adaptando ou fazendo novo, organizemos os pequenos hotéis de arquitectura e decoração regionais, com motivos novos — as loiças das Caldas, os panos de Alcobaca, os trajes vianeses, os elementos vários da indumentária e da etnologia nacional.

O que não podemos (é evidente), é continuar a oferecer com inconsciência a hospedaria sem conforto, de pouco aceio, de camas duras, às vezes de mesa farta, mas mal apresentada.

Quem fará esses hotéisitos?

E quem os manterá?

Na Espanha, em larga escala os subsidia ou sustenta, o Patronato Nacional do Turismo, porque eles por si sós não têm *defesa económica*.

Em Portugal, há que buscar solução idêntica. As lições que mais nos devem aproveitar são, naturalmente, as dos países de economia e vida social idênticas ou mais próximas das nossas.

Para isso, basta, creio eu, coordenar os esforços dispersos, que podem dar uma resultante muito superior á actual. É possível tirar rendimento muito mais util do que já temos em matéria de organização turística, desde que a aperfeiçoemos convenientemente.

Todos devem ter o seu quinhão de participação e, se fôr mister, de sacrificio.

O Estado tem de renunciar, em grande parte, ao critério fiscal da sua intervenção na exploração do turismo. Deve revêr a organização administrativa de modo a favorecer os planos da urbanização e a impedir atritos de autonomias precárias e muitas vezes embaraçantes.

Os organismos superiores de turismo devem coordenar-se e centralizar-se, para que não continuem esforços dispersos e desencontrados cá dentro e lá fóra. O novo organismo assim criado deve ter atribuições e receitas suficientes para a sua acção.

As Comissões de Iniciativa e Turismo existentes devem ser mantidas e estimuladas, já que podem reivindicar em seu louvôr a prova duma acção util e muitas vezes benemerita.

Mas, convém diluir a politica estreita das *pequenas pátrias regionais*, na unidade nacional. Em turismo, como em fomento, as soluções regionais fragmentárias têm de coordenar-se nos planos de conjunto nacional. Essa tarefa incumbiria ao grande Conselho de Patronato Turístico, com superintendência e receitas largas, supridas por percentagens sobre as cobradas pelos organismos locais e que podem refluir em grande parte, para as regiões sob a forma de subsídios às suas iniciativas permanentemente fiscalizadas.

Convém, é claro, evitar que êle se transforme num grande órgão burocrático. E por isso é indispensável que a representação regional das empresas turísticas lhe levem a experiência, o senso prático, e até a emulação e o estímulo das iniciativas e interesses legítimos.

E assim:

IV — CONCLUSÕES

I — É necessário e urgente definir um plano de fomento turístico no País; e II — êsse plano implica, na sua execução:

- a) a remodelação administrativa de certas regiões;
- b) a coordenação dos organismos locais de iniciativa e turismo e dos Conselhos superiores existentes, num organismo central com atribuições e receitas suficientes;
- c) a renuncia, por parte do Estado, a grande parte das imposições fiscais e taxas, com que sobrecarrega, sob várias formas, as explorações turísticas;
- d) a simplificação das formalidades aduaneiras e a supressão dos passaportes.

Armando Marques Guedes

SOCIEDADE NACIONAL DE TIPOGRAFIA
Rua do Seculo, 59—LISBOA

